



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 28ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 09 de maio de 2016, com início às nove horas e quarenta e oito minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva, Rui Capelão e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 40/2016. Veto parcial ao Projeto de lei nº 07/2016. Ofício nº 67/2016 do gabinete do vereador Pedro Martendal, informando ausência nesta sessão. Parecer nº 9 favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de decreto legislativo nº 3/2016. Parecer nº 68 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de decreto legislativo nº 3/2016. Parecer nº 11 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 30/2016. Parecer nº 13 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 33/2016. Parecer nº 19 contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 26/2016. Parecer nº 57 contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 26/2016. Parecer nº 64 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 30/2016. Parecer nº 72 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 33/2016. Ofício SEAJUR/ATL nº 94/2016, em resposta ao requerimento nº 109/2016 do vereador Pedro Martendal. Ofício da COPEL, em resposta à Indicação nº 366/2016. Ofício nº 106/2016 do CONSAMU, em resposta ao Requerimento nº 345/2015. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores: Romulo Quintino, Nei H. Haveroth e Luiz Frare. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA**: - Presidente: Fizemos um convite a pedido do vereador Cláudio Gaiteiro, pra que a Cettrans viesse a esta Casa na sessão de hoje, pra fazer uma explanação aos senhores, mas em especial a sociedade de Cascavel da importância do Maio Amarelo. Essa questão do trânsito é uma epidemia que tem atingido a nossa sociedade, então convidamos à senhora Vânia, que é diretora de trânsito e educação da Cettrans pra que faça apresentação sobre o Maio Amarelo. Por favor, a tribuna é sua. (A senhora Vânia de Camargo Muetzemberg explicou sobre a importância do Maio Amarelo, apresentando dados relativos ao número de acidentes, mortes e violência no trânsito em geral. Destacou a importância da conscientização para diminuição desses índices; acrescentando que o Maio Amarelo vem fazer um chamamento para toda a sociedade, no sentido de ampliar a percepção sobre a epidemia de mortes no trânsito, informando que o “Amarelo” utilizado na campanha significa atenção. Concluiu asseverando que todos são chamados a refletir sobre isso, não apenas durante o mês de maio, mas em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

todos os dias do ano.) - Presidente: Obrigado pela apresentação sobre o Maio Amarelo e, estamos sempre à disposição. – Vereador Jorge Menegatti: Podemos fazer perguntas. – Presidente: Convidei a Cettrans pra vir fazer uma explanação sobre o Maio Amarelo e ela gentilmente atendeu. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Passamos pra ordem do dia. Temos o Anteprojeto de lei nº 129/2015 de autoria do Executivo Municipal, este Projeto dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido no artigo 138 da Lei 6.179, alterado pela Lei 6.437 de 23/12/2014 e dá outras providências. O Projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo; então eu coloco em discussão o parecer contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo. Em discussão o parecer. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Apenas pra deixar de forma oficial pra sessão, mas já foi debatido sobre o assunto internamente com os vereadores e também, na reunião da semana passada na sexta-feira com a presença do secretário de Obras o Alessandro. Expliquei o porquê do parecer contrário também, na semana passada, na segunda-feira. Ocorre que, nós temos um prazo da Comissão para emitir o parecer e, esse prazo ele é menor do que o prazo que a Prefeitura tem para responder os requerimentos à Comissão e, talvez até seja uma questão de fazermos um ajuste técnico no Regimento, também. Até o encerramento do prazo de emitir parecer pela Comissão, a Prefeitura não havia mandado a resposta ao nosso requerimento, porém o prazo da Prefeitura mandar resposta ao requerimento ainda não tinha vencido: houve aí uma divergência de datas. Então o parecer da Comissão naquele momento foi contrário, devido a não ter as informações que achavam ser necessárias, para deliberar o Projeto e ter vencido o prazo do parecer da Comissão, então demos parecer contrário, mas dentro do prazo legal. A Prefeitura respondeu o requerimento e então, eu deixo claro que o requerimento foi respondido. O pedido de vistas da semana passada foi justamente com esse objetivo, de distribuir a todos os senhores (como todos os gabinetes receberam), a resposta do requerimento que a Comissão pediu. Então naturalmente o parecer não é um impeditivo hoje, pra liberação deste Projeto. Sendo assim, naturalmente, o voto é contrário ao parecer pela resposta que veio na sequência. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Com todo respeito à Comissão, eu quero dizer que infelizmente o parecer dado por uma decisão de que não houve uma resposta ao requerimento... eu não vejo aí grande importância dele para se analisar o presente Projeto de lei. O mais importante é o conteúdo deste Projeto de lei e a dois anos atrás, aproximadamente, eu já fazia um comentário aqui de que a própria Associação dos Engenheiros reclamava do atraso de 1 ano pra ser liberado uma determinada obra e que, isso seria uma ineficiência do Poder Público. Precisamos ser um pouco mais eficientes. A gente até levantou pra saber quanto tempo poderia levar dentro da Copel, da Sanepar, de alguns órgãos, era tudo na média de 60 dias. Isso não quer dizer que 60 pra Sanepar, mais 60 da Copel dê 120 dias, não! Porque no mesmo momento que o Projeto é mandado pra Sanepar, ele é mandado também pra Copel e pra os outros órgãos todos. Então no máximo essas entidades demorariam entorno de 60 dias;



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

algumas delas chegaram dizer que fazem 30, que casos especiais vai até 60 dias; portanto já faz 2 anos aproximadamente, que nós estamos dando prorrogação a esses prazos. O mais lamentável de tudo isto é que no começo deste nosso mandato, discutindo algumas leis em que as ruas que estavam definidas pela Secretaria de Planejamento seriam de 10,40 a largura da rua, foi diminuída pra 9,00 e muita gente queria 7,00; porque era 7,00 que estava fazendo as ruas. Se 9,00 já era estreita e a própria Secretaria reconhecia, mandando o projeto pra cá pra 9,40 e o que me entristece é que isso aqui: está sendo novamente; prorrogado pela terceira, quarta vez, pra beneficiar os loteadores que tinham Projetos encaminhados e que hoje, querem que as ruas se mantenham de 7 metros. A rua de 10 metros já é estreita, nós estamos dando autorização para acabar com a nossa cidade; porque aonde é 9 metros, como eu vejo na própria avenida Papagaios e, que é uma avenida larga; se você estacionar um carro de um lado e do outro tem trecho que fica difícil de passar um carro pelo outro, pela largura da rua; portanto eu acho que nós não temos que estar beneficiando loteadores. Porque isso é pra beneficiar loteadores e não é para beneficiar a população, não é para beneficiar o trânsito é pra criar problema no trânsito, um problema terrível. Não adianta fazer Maio Amarelo, tentando fazer prevenção se por outro lado, nós admitimos leis aqui que, acabam com o trânsito da nossa cidade. Portanto, esta Casa tem que ter mais respeito. A gente tem visto outras leis que fizemos, por exemplo teve uma que nós aprovamos aqui 100% da cultura pra ser passado pra o Conselho de Cultura; veio uma do prefeito depois tornando em 50%, mas já não mais obrigatório: é autorizatório. Sabe quanto estão dando agora? 10%. Saiu o decreto semana passada, 10% somente, então o que está saindo desta Casa está sendo manipulado e não está valendo nada. Nós estamos aqui feito bobo, palhaço e eu acho que eu não tenho e nunca tive idade pra ser palhaço, principalmente hoje, na idade que estou. Nem os senhores tem idade para serem palhaços também, mas nós temos que ter dignidade e respeito com a nossa população, respeito com aquilo que nós votamos e exigir respeito; porque estamos aqui representando a população. Sou totalmente contrário a este Projeto. Não adianta querer empurrar com a barriga pra o próximo governo, empurrando pra 6 meses: empurrar com a barriga para o próximo Governo e que se vire; não pode ser assim! Temos que ser responsáveis, dedicados ao que estamos fazendo e fazer com os pés no chão. Vamos mandar que o município se vire e faça as coisas dentro dos prazos legais, que isso vai beneficiar a construção civil e tantos outros órgãos dentro da cidade. É lamentável: parece que meu discurso é contra o prefeito, mas não é; é a favor da população. É isso que temos que pensar: ajudo o prefeito como for possível e quando estou ajudando, estou ajudando o município e não o prefeito; mas esse projeto não ajuda a população. Ele entristece a população quando aprovamos um Projeto desta natureza, desrespeitando aqui o que é de direito, que é ter uma rua digna de você andar e, não uma rua infelizmente, sem os mínimos critérios pra isso. Os loteamentos vão continuar a fazer 7 metros, porque nós autorizamos e, não estamos respeitando o que votamos lá atrás; então vamos ser mais coerentes. Falo porque sou um pouco mais idoso do que vocês e, acho que tenho a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

obrigação de ser um pouco mais transparente, também. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Este Projeto está protocolado nesta Casa, desde 28/10 do ano passado e foi prorrogado uma vez, por 6 meses. Este Projeto passou pelo Conselho das Cidades, órgão composto pela sociedade civil e foi aprovado no Conselho no dia 05/08. Teve audiência pública dia 27/08, então nada foi feito as escondidas. Nós já aprovamos nesta Casa a prorrogação por 6 meses, não deu pra esse povo terminar. Nós aqui que lutamos contra o desemprego e, que queremos que as pessoas estejam empregadas... sabe quantos pedidos de construção que tem aqui? Quase 700. Se forem liberadas essas construções de casas, de empresas, aí nós vamos dar emprego, senão não vamos dar emprego. Falamos em emprego, mas lutamos contra o emprego: eu não devo nada pra loteadora, se tiver alguma coisa errada, eles que se expliquem com a Justiça; mas eu entendo que quem protocolou lá atrás, está prejudicado e nós não podemos prejudicar as pessoas. Ou nós estamos aqui pra resolver os problemas das pessoas ou pra prejudicá-las e aqui tem 700 que tinham pedido de construção, se não aprovarmos este Projeto continuará tudo parado. Nós falamos tanto no desenvolvimento de Cascavel, desenvolvimento urbano, progresso dessa cidade, agora: vamos impedir a construção dessas 700 obras que estão sendo protocoladas anterior a esta lei? Até o vereador Nei, na sequência pode fazer uma explanação até mais técnica sobre este assunto. Agora, isto não chegou hoje nesta Casa e desde outubro, nós temos quase oito meses que este Projeto está tramitando nesta Casa. Nós precisamos promover o desenvolvimento e acho que também tem que ser a última vez que se prorroga, viu, líder do governo? Nós não podemos prorrogar mais. Eu não estou preocupado com loteadores, não devo nada pra loteadores, se estiverem dentro da lei, cumpra-se a lei e é isso que tem que ser feito. Se não estiver, que venham se explicar com a Justiça, então eu peço um voto contrário a este parecer porque entendo que tem que seguir. Passou pelo Conselho das Cidades, passou pelos técnicos, teve audiência pública, eu acho que nós todos poderíamos ter ido na audiência pública; porque ela foi pública e aberta à sociedade de Cascavel, as entidades. Está aqui a presidente do Conselho das Cidades, a Claudemir que é a nossa presidente do Conselho. E eu faço parte desse Conselho junto com vereador Nei. Haveroth (o vereador Walmir Severgnini é o suplente do vereador Nei H. Haveroth naquele Conselho); então a Câmara tem representação também, no Conselho das Cidades e então eu quero pedir voto contrário a este parecer. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Rui Capelão, o senhor não esteve na audiência aqui, com Alessandro Lopes. - Vereador Rui Capelão: Não estive. Tinha outros compromissos, mas não iria me convencer, porque conheço o caso há quase 3 anos. Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: Também concordo que é uma vergonha os loteamentos da cidade serem aprovados por decreto. Isso concordo, tinha que passar por esta Casa e esta Casa tinha que votar os loteamentos; mas a colocação que o senhor fez, eu também tinha dúvidas e eles tiraram minhas dúvidas aqui. Pude questionar o senhor Alessandro Lopes sobre a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

situação deste Projeto nº 129 e ele esclareceu. Eu pude tirar minhas dúvidas; então independente agora da situação dos loteadores, como eu falei: é uma vergonha, não passar por esta Casa e ser aprovado por decreto, essa situação agora. Nós temos que derrubar este parecer; porque aqui tem pessoas que estão sendo prejudicadas e não por culpa delas. Muitas vezes por culpa de algum órgão, IAP, SANEPAR e até o próprio Executivo, temos agora de não complicar as coisas para o cidadão da nossa cidade, que está desempenhando um trabalho, está construindo a sua casa, sua empresa vendo o fato de uma coisa errada quando se trata de loteamentos. Nós temos que depois, cobrar dos loteadores aquilo que tem que se cumprir na lei. Então nesse momento nós temos que ser conscientes e nós temos que trabalhar com a consciência e a consciência agora é: derrubar este parecer e votar a favor deste Projeto, senão estaremos causando uma situação difícil na nossa cidade. Errou lá atrás, errou. Vamos tentar consertar e que no futuro não haja o mesmo erro, que não aconteça a mesma situação, então nós queremos nesse momento pedir voto contrário ao parecer e a favor do Projeto para que nós possamos, nesse momento estar ajudando o município, através daquelas pessoas que estão com seu projeto lá parado; porque não tem condições de continuar por falta de um Projeto que tem que ser aprovado por esta Casa. Então, peço voto contrário ao parecer e favorável depois ao Projeto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Vamos combinar uma coisa: vamos propor amanhã fazer uma Emenda, pedindo pra excluir os loteamentos desta proposta que aí, nós não vamos prejudicar a construção civil; mas os loteamentos temos que deixar fora, porque é uma questão já decidida lá atrás. – Vereador Celso Dal Molin: Concordo. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Vereador Celso Dal Molin, achei pertinente sua fala. Só preciso defender que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa: o parecer da Comissão diz respeito à questão do prazo regimental da Comissão e do tempo de resposta do requerimento e o tema abordado pelo vereador Rui Capelão é outra situação. Então, o que sugiro aos senhores? A questão do parecer até pela própria Comissão, nós já temos um entendimento de que ele deve ser vencido: discutirmos o projeto e fazer as emendas que os senhores vereadores acharem necessárias. Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Vou falar dos que fazem parte do Concidades, o desserviço que eles fazem pra Cascavel, essas pessoas que estão aí indicadas deveriam criar vergonha, ser demitidas e esse Conselho deveria não existir. Nunca participei, não vou participar e, só sei o que é certo e o que é errado e que, deviam estar todos presos. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Me concede um aparte? – Vereador Jorge Bocasanta: Não! São um bando de incompetentes, pessoas que não gostam da cidade e, deveriam ser processados. Agora mesmo, a mulher do Cettrans falou de acidente de trânsito, uma rua de 7 metros se uma criança atravessar no meio da rua, o motorista não tem nem espaço pra desviar; daí vem dizer que tem Conselho de Concidades, aqui? Isso tem que ser fechado, fechado e, por na cadeia esse povo que votou a favor disso. Essa Lei 6.179 do final do mandato passado, não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

deveria nunca ter existido. Os vereadores que estão lá e se elegeram por meio do Marcos Rios, os outros não se elegeram, não deveriam nem ter sido vereadores. Não existe rua de 6,80m, existe a gambiarra, existe a favela; então se nós hoje temos avenida Brasil ali com mais de 100 metros de largura, nós devemos aos que foram do nosso passado e que pensaram na cidade grande. A minha rua lá onde que eu moro, no Country, todo mundo falava que não ia passar um carro a 30 a 40 anos atrás e, é de 12 metros. E agora vão falar que, vamos aprovar uma gambiarra dessas aqui que já morreu e já acabamos com ela. Com a Lei 6.437 nós matamos essa coisa maléfica para Cascavel e vocês vão dizer que tem casinhas irregulares... Nós não podemos ser regular, Celso, este Conselho da cidade não existe. E se alguém votar a favor disso aqui, de rua de 7 metros, 6,90 metros, tinha que perder o cargo de vereador. Nós temos que nos valorizar mais, estava no posto do Interlagos, tinha uma morta lá, passou um caminhão rasgou os dois carros: não passa se tem dois carros estacionados, não passa um caminhão no meio; e essa cidade que vocês querem? É essa cidade do Concidades que vem fazer essa porcaria, aqui? Esse povo tem que criar vergonha e ser tudo demitido por incompetência. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Questão de ordem, estamos discutindo o parecer. - Vereador Jorge Bocasanta: Então o parecer Luiz Amélio Burgarelli, você votou a favor, devia ter sido contra. Esse parecer é correto, vamos acabar com essa Lei 6.179. É um natimorto, só veio pra privilegiar alguns, pra fazer favelas em Cascavel. O resto é conversinha fiada, o resto, quem quiser morar numa cidade com ruas com menos de 7 metros que, se mude de Cascavel. - Vereador Celso Dal Molin: Um aparte. - Vereador Jorge Bocasanta: O senhor não me deu aparte, agora não te dou. Este vereador não pode, pelos 1.528 votos que teve, concordar com ruas de 7 metros e, dizer que o meio-fio faz parte da rua pra dar os 7 metros. - Vereador Celso Dal Molin: Questão de ordem. Não estamos discutindo a largura das ruas, mas o uso do solo. - Vereador Jorge Bocasanta: Na Lei 6.179 está incluída as ruas, sim. - Presidente: Vamos nos ater ao parecer. - Vereador Jorge Bocasanta: Sou favorável ao parecer que deve ser contrário. Vou votar favorável ao parecer, porque esta lei nunca deveria ter existido. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Presidente, gostaria que registrasse nos anais desta Casa, como eu sou representante do Concidades que é um Conselho eleito por Conferência Municipal, a ofensa que teve este vereador e o vereador Walmir Severgnini na presença do Concidades. Depois, tomaremos as segundas providências. Com todo o respeito aos demais vereadores e à opinião de cada um: vamos ver melhor as leis e o Plano Diretor que alguns dias atrás aqui, tivemos posicionamentos diferentes dos de hoje, bem diferentes. Eu também concordo que, esses projetos que estão em andamento por algum motivo e podem ter sido protocolados de última hora, quando sabiam que a Lei ia ser protocolada de forma remendada e depois foi difícil até a aprovação. Não vou questionar isso, acho que é possível, então temos de ter cuidado. Agora, nesse Projeto nº 129 não está tratando da lei do sistema viário. Inclusive, foi tirada a dúvida na reunião de sexta-feira aqui com o secretário e fiz a pergunta pra ele que, não está



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sendo prorrogada a questão do sistema viário. Se algum loteamento já se antecipou e fez as ruas de acordo com a lei antiga, ele que arque com as consequências ou simplesmente a Seplan não aprove esse loteamento. Fica irregular ou não deixe ir a frente, os técnicos do CPA tem que tomar as providências deles. No sistema viário as ruas que estão colocando aqui, não está sendo contemplada no Projeto nº 129 na prorrogação do prazo e inclusive, esta Casa se eu não me engano, não sei, a votação que teve na época, que prorrogamos por 6 meses, muitos vereadores aqui votaram a favor da prorrogação do prazo e hoje estão sendo contra. Fizeram um erro lá atrás e hoje, não querem errar mais. Tudo bem é normal! Agora, o sistema viário não faz parte daqui e qual a preocupação que eu tenho nessa questão da prorrogação do prazo? - Vereador João Paulo de Lima: Questão de ordem. – Presidente: Pois não. - Vereador João Paulo de Lima: Já houve algum problema com o vereador Bocasanta sobre a questão que estamos discutindo agora, um parecer contrário e já estamos emendando isso. Acho que seria importante que os vereadores se ativessem ao parecer e na hora da votação do Projeto, se acaso passar, aí que a gente pudesse pegar e fazer esse amplo debate. - Presidente: Vereador Nei H. Haveroth, pediria a gentileza a vossa excelência de que a gente pudesse discutir neste momento o parecer contrário. Ao que me parece, a própria Comissão de Viação e Obras já pediu voto contrário ao seu próprio parecer e, nós poderemos estender essa discussão pra votação, na discussão do Projeto. – Vereador Nei H. Haveroth: Concordo em partes, mas peço reconsideração da sua parte; porque se esse parecer for mantido o Projeto não vai adiante; então por isso, tenho que fazer minha justificativa. Não acho procedente a questão de ordem do vereador João Paulo, até mesmo porque outros vereadores se manifestaram todo o tempo, falaram o que quiseram e ninguém questionou. Houve erro lá atrás do Poder Executivo e desta Casa de Leis, quando foi aprovado o Plano Diretor e as Leis Complementares que no ano 2007/2008 não foram agilizadas. Não sei porque cargas d'água que naquele momento o Executivo não agilizou as Leis Complementares, que só veio em 2013, aí sim é um erro grave. O Plano Diretor já tinha apresentado as suas propostas e o Poder Executivo não fez as Leis complementares, e de quem era o mandato nesse período? Não sei. Vamos lembrar o passado, recordar um pouquinho, quem que estava no mandato e não fez a regulamentação correta? Agora, tem Projetos que podem ser aprovados e tem Projetos que não pode ser aprovados. Então o parecer contrário nesse momento, eu acho que nós estaríamos fazendo injustiça em muitos setores do município e em outros setores nós estaríamos tentando preservar aquilo que a lei garante e, que é a questão da ocupação do solo. Isso que é o mais importante, vamos permitir que num terreno de 360 metros se construa 4 casas sem haver uma questão de consideração da permeabilização, então, peço que a Secretaria...não cabe neste sentido. Tomar cuidado na questão da Emenda, que é um projeto só de prorrogação de prazo pra depois não dizer que nós vereadores não concordamos com algumas coisas legais; então existe o direito legal então por isso que, eu sou contra esse parecer. Obrigado. – Presidente: Em votação o parecer contrário da Comissão de Viação e Obras ao Projeto de Lei nº 129. Proceda a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

votação nominal, senhor primeiro secretário. (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) (Foram favoráveis os vereadores: Jorge Bocasanta, Ganso sem limite, Rui Capelão.) – Secretário: 3 votos favoráveis e 16 contrários. – Presidente: Com 3 votos favoráveis e 16 contrários parecer rejeitado. Dessa maneira, passamos pra primeira discussão Projeto de lei nº 129/2015, de autoria do Executivo Municipal. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Nós derrubamos o parecer da Comissão, por entender que realmente há uma necessidade dessa prorrogação de prazo, no sentido dos projetos que estão emperrados dentro da Secretaria de Planejamento. Muito embora alguns questionamentos, eu participei da reunião com alguns vereadores promovida pelo presidente da Comissão de Viação e Obras Públicas, mas algumas situações que nós temos que colocar aqui, em discussão. Uma das situações é por que só agora; sendo que foi protocolado isso no dia 28/10/2015? Outro detalhe, senhores vereadores, é que esta Emenda... aliás, vou votar, mas vou propor uma Emenda e gostaria também que, os senhores vereadores se ativessem a essa Emenda que amanhã... Vou votar favorável hoje, mas dependendo, já deixo o meu voto aqui também amanhã já aberto e dizendo que qualquer coisa, votarei contrário a este Projeto; porque entendo perfeitamente os engenheiros, arquitetos, aquelas pessoas que necessitam da sua aprovação, do seu alvará, na Secretaria de Planejamento, mas por outro lado também, como foi questionado sobre loteamentos aqui, tem loteamentos que não foram aprovados ainda, e já tem lá a sua base de meio-fio e tudo mais e aqui, vamos ter que colocar. O vereador Nei disse que não tinha, mas tem sim, já tem loteamento e inclusive foram questionados o secretário de Planejamento e ele disse: “nós vamos lá autuar.” Quer dizer na verdade se, você pegar as relações dos loteamentos que inclusive foram repassados através da Comissão de Obras Públicas e quero parabenizar os vereadores que repassaram esse relatório a todos os senhores vereadores, existem loteamentos que estão irregulares e que ainda não foram aprovados. Já estavam construindo e, se não fosse lá o empenho do vereador Walmir Severgnini, na verdade já tinham feito até o asfalto do jeito que queriam. Então realmente nesse Projeto está exposto sem a questão das ruas, vereador Jorge Bocasanta, o senhor está certo disso. Não adianta falar que não vai entrar a questão de loteamento, que não vai entrar essa outra situação, vereador Nei H. Haveroth, nós acompanhamos e sabemos, inclusive na nossa região: vamos ter problema lá, se não for resolvido; então dessa maneira eu estarei colocando amanhã uma Emenda, porque entendo que todos os construtores, todos os engenheiros, todos aqueles que fizeram projetos que estão lá aguardando na Secretaria de Planejamento, com certeza deverão ser atendidos; mas a nossa Emenda nessa lei é para somente aqueles Projetos que estão todos aprovados e, só faltando o alvará para regularização ou podemos inclusive, implementar mais algum órgão responsável, mas se não, não tem como liberar dessa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

forma como querem. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Nós estamos votando sim, um projeto muito importante. Já foi discutido aqui, o que entra e o que não entra neste Projeto. O vereador Nei falou muito bem, a lei não muda a faixa das ruas, essa lei somente estende o prazo para regularização dos protocolos efetuados no município de Cascavel antes de 2013. Aqueles loteamentos que estão irregulares estão recebendo sim, as notificações extrajudiciais e se os loteamentos estão errados, com certeza eles vão ser paralisados. A visita do secretário Alessandro aqui foi muito importante, pra poder fazer com que todos os vereadores pudessem tirar as dúvidas, porém poucos vereadores compareceram na reunião. São 17 loteamentos que estão protocolados e todos receberam notificações extrajudiciais, a respeito. Este projeto, nós estamos travando tantas obras aqui nesse município e vamos aprovar este Projeto urgentemente, pra que essas pessoas possam então, dar andamento em suas obras. Sabemos que tem muitos Projetos que quem sabe assim, as pessoas não vão mais construir, mas aquelas pessoas que estão diariamente pensando em começar a construir e não podem. Final de semana saiu no semanal na cidade, aonde fala: redução de arrecadação de ITBI. O Projeto nº 129 também atinge na arrecadação dos tributos, os impostos na cidade, então nós somos responsáveis por aquilo que é direito dos nossos moradores. Nós também somos responsáveis e não vamos travar aqui, isso que realmente coloca condições para que essas pessoas possam dar andamento nas suas obras. O que tiver irregular com certeza não vai pra frente, mas o que tiver realmente regular, com certeza as pessoas vão fazer as suas obras. Vivemos em um tempo de vacas magras na construção civil e no mercado em si e, nós podemos então, quem sabe com nosso gesto incrementar mais ainda, a economia no município de Cascavel. Então agradecer aos vereadores que votaram contra o parecer, a própria Comissão que teve o trabalho de ir atrás do secretário pra dar as suas explicações. O secretário veio aqui com toda sua equipe, deu explicações e agora o Projeto está então, pronto pra ser deliberado aqui nesta Casa. Vamos aprovar e com certeza se, tiver alguma Emenda amanhã, vamos aprovar também esse Projeto pra poder liberar pras pessoas começarem a construir aqui, no município de Cascavel. Eu peço voto favorável a este Projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Eu percebo que está havendo um senso de bastante responsabilidade dos vereadores, no que diz respeito à deliberação deste Projeto, até porque não poderia ser diferente em hipótese alguma. O envolvimento, no sentido de entender a questão do nosso Plano Diretor e outras situações que envolvem diretamente a Secretaria de Planejamento, mas apenas fazendo coro também, a palavra do líder do governo, de que de fato existem muitos empreendimentos na nossa cidade que estão presos a esse Projeto. Importante dizer, não são apenas loteamentos, por mais importante que sejam, mas existem muitos empreendimentos comerciais, obras residenciais e assim por diante, então vamos é claro, deliberar com a maior lisura o que é necessário e inevitável e coerente, mas também com toda a responsabilidade de não cancelarmos um Projeto que, diz respeito a tantas pessoas.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Há tantos empreendedores, inclusive já mencionada aqui perto no Mercado Irani, nós estamos falando de mais de 300 empregos de um empreendimento que está travado aqui, na região do Cristal. Então é algo importante, nós vivemos um momento de dificuldades tanto na construção civil como na geração de emprego de forma efetiva; então eu tenho certeza que hoje, iremos aprovar. Amanhã, naturalmente irão aparecer as Emendas e as Emendas serão deliberadas, também com bastante responsabilidade e, sobretudo o que nós não podemos é prejudicar a cidade. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Realmente, nós temos que fazer Emendas. Obras importantes que tem dentro de Cascavel, nós não podemos deixar que essas obras fiquem dormindo no tempo, por falta de encaminhamento; por isso eu digo que as coisas precisam ser bem organizadas e ter um bom encaminhamento. Portanto eu acho que, se a Secretaria de Planejamento precisa de pessoal deve contratar pessoal, sou favorável. Agora, não se pode alterar uma lei pra favorecer aquele loteamento lá que não foi liberado ainda, porque está com as ruas lá de 7 metros; essas questões nós temos que cuidar. Tem certas coisas que nós já definimos nesta Casa e que foi aceito pelo Poder Executivo e, que nós temos que pensar pra mudar, não vamos permitir que mude. Eu sou favorável ao Projeto, desde que não mexa naquele Projeto anterior que nós votamos da questão dos loteamentos. Isto não pode mexer mais, aonde eu pretendo com os companheiros aí, fazer uma Emenda. Obrigado. - Vereador Romulo Quintino: Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Muitas vezes eu penso aqui que, é melhor eu ficar quieto do que usar o microfone; mas eu quero deixar registrado a preocupação de quando se falam que estão preocupados com empregos, com as empresas, com as obras e o Projeto chegou nesta Casa dia 28-10-2015 e fica mais de 6 meses para ser votado; aonde está a preocupação com as empresas, com os empregos?. Por que não veio com pedido de urgência, já que era tão importante? Por que a Casa demorou mais de 6 meses pra colocar em votação? Isto aqui, prova nesta Casa que não estão preocupados; porque se tivessem preocupados tinham colocado em tempo hábil, no tempo mais rápido. Não adianta dizer que precisava de parecer, precisava disso, porque tudo foi feito no ano passado e não tem necessidade de demorar 6 meses pra colocar um Projeto, que é pra gerar emprego, que é pra gerar rendas. Eu acredito que o errado nesta Casa sou eu. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Walmir Severgnini. - Vereador Walmir Severgnini: Fui ver esses dias a situação dos loteamentos. Percorri pelo menos 3, que é da minha região do Cascavel Velho, onde encontrei um loteamento que já está com a pedra, tubulação de água, tubulação de esgoto, meio fio... a gente pegou uma trena e esticou: por dentro do meio-fio deu 6,80 metros, a espessura da pedra não passou de 7centímetros, onde o Projeto pede 15 de pedra e 4 de massa. Os loteamentos quando for fazer a primeira compactação do solo, daí depois o material necessário para poder suportar um transporte coletivo, um caminhão carregado de material que vai até o loteamento, e esses loteamentos... os anteriores não cumpriram com essa obrigatoriedade. Será que esses loteamentos vão cumprir? Isso como falaram que agora a rua vai ser de 9,12



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

metros, não vão deixar esses loteamentos fazerem de 8,80m; porque não deu 9 metros a principal. Outra preocupação é que quando nós votamos a lei do solo, a bacia do rio Cascavel foi votado lotes com 600 metros quadrados para perfilização da água do solo e, nesse projeto vai reduzir para 360; então na verdade o loteador não vai mais, nesses três loteamentos que está lá no Cascavel Velho eles vão fazer de 360 metros. Então dizer que é Injusto, a gente faz a lei do solo para fazer lote com 600 metros na bacia do rio Cascavel e agora, nós estamos reduzindo ele pra 360 metros. Então, eu acho que também esse Projeto ele deveria talvez autorizar, mas não autorizar o lote com menos de 600 metros e as ruas com menos de 9,12 metros. Tem loteadores que fazem a calçada e, tem loteamento aprovado em 2015 no meu bairro que, não tem calçada. Eu fui questionar porque o 2011, 2012, 2013, 2014 com calçada e o 2015 sem calçada? O loteador tinha protocolado em 2000 o lote e levou 15 anos pra dar sequência; teve o direito de fazer o loteamento sem a calçada. Então essa é minha preocupação, porque os protocolos com data anterior à lei do solo até concordo, pois se eu quero fazer uma casa, vou lá e protocolo e o município não despacha a documentação, eu também me sinto no direito de fazer no dia que eu protocolei. Mas por outro lado, minha preocupação é o tamanho do terreno que, vai reduzir de 600 pra 360 e quero acreditar que as ruas não vão reduzir. Então nessa hora eu fico em dúvida, se favorável ou contrário por essas duas preocupações: o tamanho da rua e qualidade do asfalto e o tamanho dos lotes. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Tenho muito respeito por vossa excelência, vereador Jorge Bocasanta, mas preciso esclarecer algumas coisas. Primeiro: Só existe demissão pra quem é contratado. Nós, do Conselho das Cidades não somos contratados, fomos eleitos e temos um mandato e somos voluntários, violentamente atacadas porque nós somos um Conselho de controle social representamos a comunidade e, não fazemos desserviço nenhum a ninguém. Outra coisa: o Projeto quando veio do Conselho das Cidades aprovado no Conselho e o senhor prefeito encaminhou pra cá, a lei do uso do solo e o tamanho das ruas: o Conselho aprovou com 10,40 metros e foi uma Emenda que reduziu pra 9,00 metros; então, que seja estabelecida a verdade. Quem quiser ver, veja na lei original que veio aqui pra esta Casa. No Conselho das Cidades somos voluntários. Outra coisa: eu não tenho nada com loteamento, eles não me devem nada e nem eu pra eles; então se quiserem fazer Emenda amanhã, a Comissão de Justiça vai analisar. Agora, essas construções nos bairros essas pessoas precisam construir suas residências, são moradias que as pessoas estão aguardando, são empresas a exemplo do Mercado Irani que precisa construir e, precisa gerar emprego. Nós, do Conselho das Cidades estamos lá voluntariamente trabalhando pela comunidade, fora do nosso horário de expediente. Então nós restabelecemos aqui, o nosso compromisso: o Conselho aprovou a proposta do Projeto da lei do uso de solo e também, o tamanho das ruas com 10,40 metros e reduziu-se pra 9,00 metros. Acho que cabe a todos nós, fiscalizar isso daqui, é nosso dever enquanto vereador. Nós conselheiros do Conselho das Cidades, nos sentimos profundamente ofendidos com a fala do vereador Bocasanta



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

dizendo que, nós estamos fazendo desserviço e temos que ser demitidos. Nós não vamos ser demitidos, nós somos eleitos e, quem nos tira é a nossa entidade que nós representamos. Inclusive o senhor está convidado vereador, nós vamos ter eleição agora, no dia 16 de junho que nós teremos a Conferência Municipal das Cidades; vão ser 3 dias inclusive lá durante a Conferência e teremos audiência do Plano Diretor. O Plano Diretor foi construído pela comunidade, foi ouvida a população dos bairros e do interior, então nós temos a oportunidade de na Conferência das Cidades fazer a eleição. Quem vai nos demitir são os nossos pares, mas serão eleitas com certeza, pessoas que vão continuar fazendo o seu trabalho, seu papel. E o Conselho das Cidades ele não veio do além, não veio de outro mundo, ele veio do Estatuto das Cidades, Lei Federal, não foi invenção, e aliás é coisa que é a petezada sempre defendeu: a participação e controle social; a comunidade participando. Aliás, o Silvio que é do Movimento dos Sem teto sempre participou. Ele foi a pessoa que ajudou muito nós e, foi seu assessor, também. O Conselho das Cidades está para defender a reforma urbana, discutir o desenvolvimento urbano do nosso município, é pra isso que existe o Conselho. O senhor é nosso convidado, vereador Jorge Bocasanta, sempre pra participar das reuniões do Conselho na primeira quarta-feira às 8:15 horas da manhã, no 3º andar da Prefeitura. Eu, o vereador Nei, vereador Walmir sempre estamos lá. Eu acho que o vereador precisa pedir desculpa pra nossa presidente Claudemir, pela sua fala. O Conselho se sentiu ofendido com sua fala. Obrigado! (- Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Se existe Conselho é pra funcionar: esse loteamento pertence a Cascavel ou pertence a Santa Teresa? - Vereador Walmir Severgnini: Pertence a Cascavel, pertence a um deputado federal do nosso município que conhece de lei. Se fosse uma pessoa que não conhecia da lei, eu perdoava, mas um deputado federal que conhece todas as leis fazer um loteamento dessa qualidade; é uma vergonha! - Vereador Paulo Porto: Qual deputado federal? - Vereador Walmir Severgnini: Nelson Padovani. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, vou falar o seguinte, esse Conselho, tem o Conselho da Saúde que quando fui secretário da Saúde deixava toda autonomia para eles. O Conselho tem que ser Conselho e não faz de conta. Eu aqui não peço desculpa quando acho que eu tenho razão. Eu sou humilde de pedir desculpas sim, mas depois que não funciona aqui, vou pedir desculpa? Rua de 6,80 metros que é em Cascavel e não em Santa Teresa; que Conselho é este? Onde que está lavrado aqui que, o Conselho foi contra isso aí? Lógico que tem construções que não são 100% certas e não somos nós aqui que, vamos tentar tirar uma casa, alguma coisa de algum cidadão; mas essas empresas tipo do Nelson Padovani aí, essas Trivelato da vida e etc, isto nós podemos fazer com que eles respeitem a lei do uso do solo. Lógico que, pode ter exceção como o Supermercado Irani, lógico que deve ter, se vai ocupar toda a quadra que compre um lote e faça o destino certo da água, do solo. É contra aqui o desenvolvimento sustentável? Somos contra esse cunho imobiliário que, só vê o dinheiro na frente e não vê uma cidade no futuro. Vai ter água correndo na rua, vai matar criança, vai levar até carro; veja em São Paulo quando tem uma chuvinha alaga



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tudo; então é isso que, não queremos. Aqui, não é contra Conselho e ninguém; estamos chamando atenção que esse Conselho faça a sua parte. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Com atualização do Rui Capelão, convidar o senhor Jorge Bocasanta e o Walmir pra assinar essa Emenda com a gente, tirando os loteamentos deste projeto. – Vereador Jorge Bocasanta: Então vou votar favorável, porque o que me preocupa é o tamanho das ruas. Então se tiver esta Emenda amanhã, vamos votar favorável. Era isso. Obrigado! E o conselheiro que for defender interesse da comunidade, a gente tem que aplaudir; mas não foi aprovado no Concidades 6,80, isto não existe. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Só pra reforçar então, o que eu falei antes. A Lei do Sistema Viário e, seria bom que todos tomassem conhecimento: é a Lei 6.178. E a lei de prorrogação do prazo, que estamos falando: é a do uso do solo e é a Lei 6.179 que foi votada por esta Casa aqui; então precisamos esclarecer bem isso daí. A grande preocupação que eu tenho, nesse sentido e aproveitando a fala do vereador Vanderlei: as ruas que vieram na votação do Sistema Viário aqui dos 9 metros, elas eram 7 e foram aumentadas; são as locais. É importante saber que tem as locais, ruas coletoras e vias arteriais na cidade e cada uma tem uma metragem e, tem a faixa de rua diferenciada, que a lei contempla. Não é pra todas as ruas de 9 metros; se não o pessoal dá interpretação diferente disso daí, tem que cuidar com o que falamos aqui: porque reproduz uma falsa informação para a sociedade de que todas as ruas têm 9 metros. Manifestar novamente a respeito deste Projeto, porque acho que a Comissão de Turismo e Assuntos Internacionais tem uma grande responsabilidade e da Secretaria do Planejamento na aprovação. Não vejo retirar o loteamento deste projeto ser uma solução, vereador Celso Dal Molin. Não sei nem se cabe Emenda, porque a lei trata especificamente de prorrogação de prazos; então veja bem pra depois não jogar a culpa na CCJ, amanhã de novo aqui e, nós estarmos fazendo injustiça nas Emendas. Eu acho que é CTA precisa assumir essa responsabilidade e cabe aos vereadores da Comissão de Obras cobrar da CTA um posicionamento firme a respeito disso, se não denuncia a instâncias superiores porque se loteamento já fez sem estar aprovado, o problema é dele. Eu acho que ele que arque com o prejuízo e se ele tem que se adaptar ao sistema viário, que se adapte. Se ele já fez e está errado, reforme, construa e faça dentro da lei. Quem vai dizer isso são os técnicos e, se eles aprovarem sem estar dentro da lei aí sim, cabe o questionamento e a responsabilização da CTA que não cobrou da Secretaria, que não cobrou isso, ou dos engenheiros que fizeram as medições e concordaram; esse é o problema. O grande problema desse Projeto está na ocupação que eu acho que também servirá, tem um papel importante nisso de concordar com aprovação desses projetos, mas fazer uma observação: só aprovar a ocupação do solo se os terrenos tiverem a compensação da permeabilização que a lei contempla e pode construir o tamanho do lote com maior ocupação, mas tem que ter a compensação da permeabilização, senão não aprova, simplesmente não aprova o Projeto. Então não é porque está percorrendo e tramitando lá, que vai ser obrigada a Secretaria de Planejamento aprovar o projeto: ou ele coloca dentro dos padrões



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mínimos de sustentabilidade de ocupação, de permeabilização ou simplesmente a Seplan tem autonomia técnica de não aprovar esses projetos que estão lá. Não aprovando ele vai ter que reentrar, se adequando a lei nova. Aí sim, é o papel fundamental desta Casa acompanhar a aprovação dos Projetos e, se for possível, uma Emenda, neste sentido. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Só gostaria de contribuir pedindo, inclusive que a Comissão presidida pelo vereador Rômulo Quintino, Paulo Porto e Cabral que fiscalize os loteamentos. O que não dá é pra ficar aqui, a gente fazendo um debate e as coisas acontecendo igual vereador Rui Capelão falou. Então acredito que tem que iniciar uma fiscalização urgentemente, nos loteamentos. Obrigado! – Vereador Nei H. Haveroth: O Projeto é necessário para se cumprir a lei, pra dar oportunidade a todos que protocolaram um projeto anterior à lei. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Tem um mérito o Projeto aqui, que é a dilação de prazo de 6 para 12 meses. A princípio, estava entendendo isso e não podemos penalizar as pessoas que têm empreendimentos: tantos trabalhadores devem estar aguardando para que seja resolvida essa situação de regularização, pra que possam também ter seu trabalho, obviamente. Mas está vindo à tona aqui uma outra situação e, que é a questão de regularizar, regularizar o quê? Então é uma pergunta que, eu imaginava que nem seria colocada nesse momento, neste Projeto. A aprovação desse Projeto não significa autorizar a abertura de ruas irregulares. O Projeto também, não está autorizando a construir aonde não é possível construir. E vejo aqui o Vanderlei, o Conselho é composto de pessoas voluntárias e a fiscalização eu acredito que cabe a nós fazer aquilo que o Walmir Severgnini tem feito. Eu acho que cabe a nós, nos apropriarmos disso e verificarmos cada metro, cada centímetro. O Projeto aqui pede dilação de prazo e não vejo problema nisso, portanto meu voto nesse momento é favorável: tem que regularizar. Já que ficou desde o mês de outubro aqui nesta Casa, temos pressa, votaremos favorável sim ao Projeto, levando em consideração a proposta da Emenda que possa resolver para o futuro essas questões aí. E aproveitando esse espaço lembrar que, nós temos na nossa cidade vários loteamentos com mais de 20 anos que as pessoas estão morando e, que ele ainda não está regularizado; quem tem que ver isso é a nossa Cohavel e temos que estar cobrando, pra que faça essa regularização dessas áreas. Na semana passada, em uma região onde um menino que hoje é um senhor, nos chamou para reclamar e já está com 24 anos de idade. Ele nasceu naquela casa e aquele loteamento ainda não foi regularizado. Tarumã, Interlagos, aquela região ali tem vários loteamentos. A Cohavel está fazendo, mas gente a mais de 20 anos e ainda não foi regularizado e, é tarefa da nossa administração. Temos que resolver isso, as pessoas estão lá, não pagam IPTU, não tem necessidade de pagar IPTU, porque o terreno ainda não está no nome deles, a prefeitura hoje tem prejuízo em relação a isso; porque eles gostariam de estar contribuindo. Não conseguem ter asfalto, não pode ser colocado asfalto, porque o terreno é irregular; então essas situações também tem que ser vista com urgência. O meu voto é favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Frare. – Vereador Luiz Frare: Para aprovação de determinados Projetos, dentre eles de loteamentos, é uma via sacra que vai: Corpo de Bombeiro, SANEPAR, COPEL, IAP, enfim; num desses órgãos, principalmente o IAP, às vezes está lá um projeto há dois anos parado e, isso não é culpa da Seplan. Este Projeto pra dar andamento ele tem que ter os projetos complementares aprovados, pra depois a Seplan emitir o alvará de funcionamento, de construção e este é um ponto. Segundo ponto, além dos órgãos envolvidos, do estudo de impacto de vizinhança. Destes o maior entrave...Vigilância Sanitária, Bombeiro, é o IAP dentre todos esses órgãos. Outro detalhe, dentre os componentes do Conselho das Cidades nós temos presidentes de Associação de Moradores do norte, do sul, do centro, do oeste e que fazem parte dessa Associação. O Projeto de lei que veio prorrogando para mais um ano aqui, inicialmente ele nasceu com seis meses, porém numa intervenção do vereador Vanderlei, que faz parte do Conselho representando a Câmara junto com vereador Nei Haveroth, houve a proposição de aumentar para um ano de prazo e, por 18 votos a 6 a proposta do vereador Vanderlei foi a vencedora; então o Projeto veio com um ano de prazo. Não significa que dos 600 Projetos que estão pendentes, isso quem esteve presente na audiência que o secretário Alessandro esteve aqui, (na Câmara de Vereadores juntamente com 7, 8 vereadores presentes), todas as dúvidas que os vereadores tinham e quiseram tirar, ele e a equipe técnica junto com o Leandro, que é o diretor da área e que também esteve aqui, tiraram. Nós temos dos 600 projetos entorno de 70% que ninguém mais veio a procurar, porque não deram andamento. Agora, não é justo que o sujeito, um empresário, o loteador ou um construtor, arquiteto, engenheiro, tenham dado entrada em 2012, 2013, 2011, num determinado projeto e por conta da burocracia agora simplesmente se diz: não tem mais jeito. Se nós formos analisar tecnicamente, e isso quem entende é o pessoal que faz parte da Secretaria de Planejamento, se nós formos analisar tecnicamente nós vamos ver que é um direito da pessoa que protocolou um projeto e deu andamento ao projeto, porém parou em algum lugar desses órgãos que acabei de citar e, que ele tenha direito a concluir o seu projeto. Dos 18 loteamentos por exemplo, que estão parados, provavelmente 5 ou 6 vão dar andamento e os demais, não. Dos 700, 600 projetos de construção; 50 ou 60 vão continuar; outros não. Cabe à Câmara de Vereadores quando aprovou lá atrás as regras da lei que está em vigor atualmente, analisar se era 9, 8, 7 ou 10 metros. Quem aprovou a modificação foi esta Câmara de Vereadores e o que está se pedindo hoje é uma prorrogação, no sentido de que aquelas pessoas que tiveram seus projetos protocolados antes de 2013 e que esteja em andamento, sejam aprovados dentro do próximo período que está sendo proposto. Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Muito bem lembrado no final da sua fala que, não cabe Emenda, a não ser o que está no Projeto e que é a prorrogação de prazo. Nós temos que nos preocupar no momento de fazer a Emenda pra amanhã, a questão do prazo que estabelece 12 meses. Se queremos pra 13, pra 24, ou cortar pra 6 meses; nós temos que nos ater ao prazo. – Vereador Luiz Frare: Era isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Eu estou



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aqui com documento da Seplan, falando dos loteamentos embargados em Cascavel. O Jardim das Flores, embargado, deputado federal Padovani, parece que é o dono. O loteamento Nova Veneza, embargado; loteamento Positano embargado; Piovesan embargado; Belmonte II, embargado; Jardim Padovani III, embargado; loteamento Acadêmico, embargado; Recanto Tropical embargado; Recanto tropical II embargado; Recanto Tropical III embargado. Notificação extrajudicial: loteamento Jaborá, notificado; loteamento Sarah Elisa; Jardim Monet; Jardim Karolyne, notificado; Florais do Paraná, Aquarela do Brasil, Santa Fé e Padovani, ou seja, é uma brincadeira isso. E segundo informações que nós temos do vereador Walmir Severgnini, que é quem vem investigando, segue as obras acontecendo; então acho que já passou da hora desta Câmara se posicionar. Eu vou votar favorável, mas entendo que nós temos que chamar uma audiência pública, para debater a questão dos loteamentos e não ficar só ciscando entorno desse objeto e nós termos leis mais eficazes pra poder municipalizar a Seplan, pra poder fiscalizar e punir. Amanhã, nós faremos um requerimento pedindo as punições desses loteamentos; se já não foram punidos e as multas dos últimos cinco, seis anos pra ver a situação e se a fiscalização está ocorrendo de maneira efetiva. E não só, eu entendo que nós temos que elaborar uma audiência pública, chamar a Seplan, chamar as autoridades responsáveis pelo aparecimento, esses proprietários que mesmo embargados seguem construindo e pensar leis, maneiras de evitar esse descalabro que já algum tempo, acontece em Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Ouvi atentamente o líder do governo dizendo que, somente de meses que vai poder fazer Emenda, ou seja, pra mais ou pra menos, no Projeto e não pode modificar nada. Então nós vamos ter que começar a trabalhar com manual aqui, porque nós não podemos fazer Emendas de outras situações. Era só isso; vou fazer a Emenda do jeito que eu quiser. Obrigado! (-Um aparte) - Vereador Paulo Porto: Pois não! – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Acho que também está na hora de que seja feita até uma campanha de esclarecimento público para que, as pessoas quando vão adquirir um lote... os seus direitos, se você vai ter o documento; porque como o Paulino já colocou, tem gente a 20 anos que não consegue aprovar, não consegue depois vender, não tem documento de titularidade oficial. Então seria importante que a própria população saiba de quem está comprando e o que está comprando, pra depois evitar o atravessador e toda uma série de dor de cabeça; porque o projeto não é aprovado e assim por diante. (-Um aparte) - Vereador Paulo Porto: Pois não! – Vereador Fernando Winter: Já foi prorrogado este prazo, a Seplan não se adaptou, não deu tempo com toda a equipe que o Alessandro tem, pra se adaptar à nova lei e, agora nós estamos prorrogado de novo. Vou votar favorável, devido aos construtores, os engenheiros que nos procuram; mas eu acredito que com a equipe que o engenheiro Alessandro tem, ele já deveria ter regularizado esta questão. A questão das loteadoras, o problema não é o engenheiro, aquela pessoa que tem uma casinha lá e quer regularizar, mas vendo o testemunho do Walmir Severgnini, o trabalho dele: o problema está nas loteadoras. Votar favorável, mas nós vamos verificar aí a Emenda pra amanhã. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Já pensando em mandar pra amanhã que, as Emendas só



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

podem ser relativas à prorrogação: uma Emenda vedando qualquer outra prorrogação em relação a esse Projeto. E fica a contribuição pra que nós avancemos nesse debate das loteadoras, já temos provas cabais que algo vai errado. Fica a sugestão de elaborar uma audiência pública, para debater leis mais efetivas e mostrar à população cascavelense quem, realmente não cumpre a lei enganando a população cascavelense quando ela vai comprar seus lotes. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Nós chegamos a um denominador comum: nós temos que ajudar a Secretaria a resolver o problema, nos projetos atrasados. Apesar de que, eu acho que nós temos que buscar gente para ajudar os funcionários; porque acho que estamos carentes de gente dentro da Secretaria pra este fim e com muitas obras. Quanto aos loteamentos que estão até impedidos: o Florais do Paraná que ele colocou ali, a área de utilidade pública já foi passada para o Instituto Federal; então devem ter algumas irregularidades que devem ser corrigidas e espero que seja das ruas de 7 metros, por exemplo; mas nós temos que ajudar todo empresariado, todas aquelas pessoas que necessitam, mas fazer isso com justiça. Obrigado. – Presidente: Proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Foi contrário o vereador: Jorge Bocasanta,) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Walmir Severgnini, Vanderlei Augusto da Silva, Ganso Sem Limite, Rui Capelão.) – Secretário: 18 votos favoráveis e 1 contrário. – Presidente: Com 18 votos favoráveis e 1 contrário aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 129. Passamos pra discussão do Projeto de lei nº 28/2016, de autoria do vereador Roberto Magalhães que institui no calendário oficial do Esporte do município o “Campeonato municipal do interior de Cascavel” e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Robertinho Magalhães. – Vereador Robertinho Magalhães: Este Projeto é um Projeto simples, mas de grande valia para o interior da nossa cidade. Desde 97, esse campeonato proporciona uma congregação entre atletas e demais moradores residentes na área rural, em nossa cidade. As primeiras edições aconteceram nos anos de 1997 a 2000 e levantaram o nome de campeonato Inter Interior de Cascavel. Já em 2001 a 2004 passou-se a denominar como Bola Rural da nossa cidade e, desde 95 passou a denominação de Campeonato Municipal do Interior de Cascavel. A cidade de Cascavel possui um evento esportivo de grande repercussão na área rural, só que até então não possui uma lei que, em tal mês de cada ano o evento esportivo tenha sua garantia de sair. Praticamente, esse evento esportivo envolve e enaltece e engrandece as comunidades do nosso interior. É modalidade: de futebol, de bocha, tanto nas categorias feminino, mas também masculino e com a participação sempre maciça dos moradores do nosso interior. O Projeto tem como finalidade a integração, a unidade e o intercâmbio entre os moradores desses distritos, enfim de todas as comunidades do nosso município. O Abelzinho é um conhecedor que anda muito no interior da nossa cidade, onde ele



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sempre está organizando e ajudando o pessoal do interior com esse campeonato. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: É lamentável que se tenha que se fazer um Projeto para que realmente se possa lembrar dos movimentos esportivos no interior, não só do nosso interior, mas nos bairros, também. Teria que ter um calendário para que as pessoas, principalmente do interior (eu estive na Jangadinha agora no sábado e é uma comunidade que fica a mais de 40 quilômetros de Cascavel), estão lá totalmente isolados de uma atividade esportiva e, estão reivindicando uma cancha de bocha. A única atividade esportiva que tem lá, é uma mesa de sinuca; então que a Secretaria de Esportes possa realmente formar um calendário, para que os bairros tenham realmente atividade esportiva, não só na área de futebol, mas em todas as modalidades pra que possa integrar mais o jovem e, tirar os jovens da rua, tanto nos bairros como no interior. Sou favorável a este Projeto, para que realmente possa pelo menos nesse dia, ter atividades pra que as pessoas possam ter esses momentos de lazer. Obrigado! (-Um aparte) – Vereador Robertinho Magalhães: Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Parabenizar pela iniciativa. É um evento que acontecia e acontece, mas ainda precisa ser ampliado e talvez, esse passe a levar a Secretaria de Esportes a um planejamento de colocar no orçamento anual a recuperação desses espaços com auxílio ao interior; principalmente na questão dos campos e das construções das canchas. A comunidade auxilia, mas precisa ter uma organização, uma visão mais ampla por meio da Secretaria de Esportes pra que ajude a motivar essas pessoas a permanecer: até os nossos jovens no campo. Permanecer lá no campo, na sua área rural, porque tem um espaço de lazer também mais apropriado. Eu acho que este Projeto vem contemplar toda essa questão, esse conjunto de ações que são necessárias pra quem ajudemos então, todas as pessoas que gostam do esporte. Eu acho que o Projeto tem a sua importância, por isso votarei favorável. Obrigado. – Vereador Robertinho Magalhães: Hoje, quando nós temos assim o entendimento dentro do contexto esportivo no interior da nossa cidade, sempre quando chegava no mês de maio até setembro, sempre teve esse Festival do Esporte, não só do futebol, mas também: a bocha, a canastra, o truco, então isso vem fomentar o esporte rural na nossa cidade. Isso realmente vem enaltecer os campeonatos que acontecem no interior. Temos aqui, uma lembrança que o gramadinho foi uma das equipes que mais, dentro da bocha e o Juvinópolis, no futebol e, é uma competição legal que acontece. É uma integração do pessoal do interior, isso é o importante. É um Projeto simples, mas com certeza pra ele é um Projeto que realmente necessita, para que todos os anos saia esse campeonato; então eu gostaria de pedir voto favorável e, voto nominal para este Projeto de lei nº 28. – Presidente: Proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Não houve voto contrário) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Jorge Bocasanta, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Waldir Severgnini, Vanderlei Augusto da Silva, Ganso Sem Limite e Rui Capelão.) – Secretário: 19 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Com 19 votos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

favoráveis e nenhum voto contrário aprovado, em primeira votação o Projeto de lei nº 28/2016. Passamos agora, senhores pra discussão do Projeto de lei nº 33/2016 de autoria do Executivo Municipal, este Projeto autoriza o Município de Cascavel a desafetar e permutar imóvel urbano e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Nós sempre votaremos a favor de resolver os conflitos agrários do município de Cascavel. Então este senhor já mora há mais de 30 anos nesse lote, pedir voto favorável pra ajudar uma pessoa que já está morando no seu imóvel. O Vanderlei é o nosso avalista e gostaria que o prefeito mandasse mais e, se tem mais lotes em conflito: vamos resolver o problema. É uma questão social resolver esses problemas e vou pedir voto favorável. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Vou votar favorável a este Projeto também, mas a minha colocação é a justificativa. A justificativa não veio assim de acordo; a justificativa tinha que vir mais ampla, informando a nós vereadores a situação. Nós temos que buscar informação para entender o Projeto e, buscando informação nós entendemos o Projeto. A minha preocupação lá fora é alguém que vê um Projeto como esse... o que fizeram, o quê votaram? E, então que a justificativa fosse melhor e, que o Executivo venha aperfeiçoar a justificativa para que sejamos mais bem informados, para que possamos aprovar um Projeto. Eu vou votar a favor, mas a minha queixa só fica quanto à justificativa para aprovação dos Projetos. Obrigado! (-Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: Pois não. – Vereador Fernando Winter: Eu vim com propósito de votar contrário a este projeto, mas vendo a fala do vereador Vanderlei e a tua fala vereador Jorge dizendo que, este cidadão é um cidadão de bem, honesto, que já está no terreno e é mais para regularizar, nós temos mais é que aprovar. Na justificativa eu não tinha me convencido para votar favorável, mas agora sim, votarei favorável a este Projeto. (-Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: Pois não! – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Valdevino mora naquele local há mais ou menos 30 anos, tem um trabalho social, faz uma função que é importante para a cultura da nossa cidade, que é a Folia de Reis, tão esquecida pela cultura, enfim hoje é tão pouco difundido isso, mas o seu Valdevino vem fazendo ao longo dos anos. Então nós precisamos regulamentar isso e, seu Valdevino está se propondo aqui a restituir ao município em troca do terreno, onde ele mora dois outros terrenos. Está especificado, está tudo certo, feito pela Comissão de avaliação, documentado e realmente o Jurídico precisa especificar mais, quando manda o Projeto; mas nós temos que regulamentar a situação. Queríamos ter mais outras pessoas como seu Valdivino, que viesse aqui e se propusesse a pagar pra regularizar aquilo que, ele está em cima; então peço voto favorável. Muito obrigado! (-Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: Pois não! – Vereador Jaime Vasatta: Estou acompanhando e passou também, pelas Comissões. É um assunto que às vezes deixa a gente preocupado, o vereador Paulo Porto me procurou agora de manhã, estava preocupado, mas quando você acompanha e vê que passou por todos os processos possíveis, todos os encaminhamentos: Seajur, Seplan, setor de avaliação, as próprias Comissões aqui da Câmara e é uma pessoa que está lá há mais de 30 anos; todas as exigências do município foram contempladas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

dentro desse processo de permuta. Eu acho que nada mais justo uma pessoa que mora lá há mais de 30 anos, possa ter a sua moradia com mais tranquilidade, para que possa realmente ter dignidade e morar realmente com legalidade, com documentos na mão; então eu também peço voto favorável, porque eu tenho certeza que isso está tudo conforme o que a lei exige. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Estive lá na sua comunidade, no seu local prestigiando seus eventos e sei do excelente trabalho que o senhor faz. O Poder Executivo está atento a isso, justamente para resolver e pra definir essas situações; então parabenizar o senhor pelo seu trabalho que faz lá e também, agradecer a todos que estão votando favoravelmente a este Projeto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Procurei entender este Projeto, a princípio pela justificativa e dizer que não existe programação e projetos para estes lotes, então não é pelo fato de existir programação e projeto para o lote, já que todo lote de utilidade pública um dia será utilizado; mas entendo que nesse caso, para fazer uma permuta a uma pessoa que já mora há 30 anos, na realidade ele está se propondo a dar outras duas áreas para Prefeitura. E vê-se que é uma questão realmente social, que está sendo resolvida. E não é uma questão, muitas vezes imobiliária a parte; portanto eu vou votar favorável por ser uma questão social. Obrigado! – Presidente: Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 33/2016 aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores. Vamos para o Projeto de resolução nº 04/2016, de autoria da mesa diretora e que autoriza a baixa de bens patrimoniais da Câmara Municipal de Cascavel, na forma que especifica. Em discussão, o projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de Resolução nº 4/2016 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para o pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: O que me traz a esta tribuna, mais uma vez é uma preocupação muito grande, desde a última sexta-feira. É notório e nada surpreendente dizer que: o Governo do Estado do Paraná como nunca na história do nosso município tem olhado Cascavel com um olhar especial. Tem olhado pra Cascavel com um olhar diferenciado, tanto é verdade que, nós temos durante o Governo Beto Richa mais de 40, aproximadamente 50 visitas oficiais no nosso Município, nesse seu mandato. Quando outros governos trabalhavam e consideravam Cascavel, uma cidade pequena, uma cidade de três ou quatro empresários, esse pensamento travou nosso município e no governo Beto Richa isto mudou. E isso não são palavras minhas, são fatos que nós vemos espalhados por toda a cidade, através de obras, através da presença efetiva do Governo do Estado aqui na nossa cidade. No início do mandato do nosso Governo Municipal, o prefeito Edgar Bueno havia um compromisso da questão dos asfaltos. Na semana passada, estiveram em Curitiba o nosso prefeito municipal, o vice-prefeito e o deputado estadual André



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Bueno para tratar de uma maneira muito particular, a questão do compromisso do asfalto. Então, foram liberados os 7 milhões e está em via de ser licitado. A grande notícia na verdade era a liberação dos 15 milhões para o asfaltamento de todos os bairros faltantes da nossa cidade, o Conjunto Residencial Abelha, o bairro Brasília e o bairro Periolo, além do bairro Interlagos, especificamente o Conjunto Habitacional Jesuítas, o bairro Pioneiros Catarinenses, o loteamento Presidente, o bairro Santa Cruz no Jardim Universitário; mais um dos compromissos assumidos pelo Governo do Estado lá atrás. Na segunda-feira houve o anúncio da liberação dos 15 milhões, após o trabalho feito. Importante dizer, das nossas autoridades políticas de Cascavel que essa foi a grande notícia da semana, porque eu tenho em mãos o protocolo feito no dia 1º de fevereiro, por ocasião do Show Rural com o secretário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o secretário Ratinho Junior. Como nós temos esses compromissos do Governo do Estado e o Governo do Estado tem que cumprir seus compromissos com a nossa cidade junto com governo Municipal, nós não tínhamos nenhuma dúvida de que isso realmente iria acontecer. Como de fato aconteceu o anúncio da liberação desse recurso, mas a demora que houve por ocasião da liberação do recurso; ela recebeu um verdadeiro balde de água fria na sexta-feira e a população de Cascavel que procura os senhores vereadores, que nos procuram, quer saber a respeito do compromisso do governo do asfaltamento da cidade. O que nós tivemos foi uma grande surpresa, quando o secretário ou o coordenador regional do Paraná Cidade vem a público pra dizer que: não tinha analisado os projetos. Ele não analisou os projetos protocolados em 1º de fevereiro e aqui que, está a grande dúvida: então o Governo do Estado assumiu o compromisso, o Governo do Estado apontou os 15 milhões e agora precisa ser aberto o edital de licitação e nós estamos agora no ano eleitoral e tudo isso tem prazo e, no momento agora de ir abrir o edital de licitação, está aqui o nosso mapa da cidade aonde mostra os bairros que serão asfaltados e, sabe o que acontece? Não está pronta a análise dos projetos. Está aqui: Santa Cruz, Universitário, Presidente... e por aí afora todos os citados anteriormente, Abelha, Jesuítas, Interlagos, Pioneiro Catarinense, e agora nós não temos a análise pronta dos projetos para ser colocado em edital de licitação. E o asfalto... vocês estão entendendo? Foi feito um compromisso lá atrás, o Governo Municipal foi atrás do recurso e eu quero fazer aqui uma menção especial ao nosso deputado estadual, André Bueno, que juntamente com o vice-prefeito, Maurício e o prefeito Edgar Bueno fizeram um trabalho importante de articulação política junto ao Governo do Estado. Liberaram o recurso, mas aqui existe um verdadeiro contrassenso, o Governo do Estado liberou recurso, mas a Secretaria submissa ao próprio Governo do Estado não analisou o projeto e isso está ficando uma grande confusão na cabeça dos cascavelenses: o Governo libera e o próprio órgão do Governo não faz o trabalho que devia ser feito? Com 3 meses de atraso? Estou muito preocupado com a situação e a sociedade de Cascavel merece uma resposta. De quem é a culpa? Certo é que não é da população, que está há tanto tempo esperando uma resposta desse departamento. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Gugu Bueno: Sua fala da sessão de hoje é uma das



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mais importantes, porque de fato nós estamos tratando de uma esperança de muito tempo dessa população de ter o asfalto, passando em frente a sua casa. Eu quero também, aproveitar essa oportunidade e agradecer ao vice-prefeito, ao secretário de Obras, ao deputado André Bueno; eles que atenderam um pedido deste vereador e foi incluído neste Projeto a rua Nelson do Cavaquinho, a finalização da avenida das Américas, no Brasília e, há uma expectativa muito grande da comunidade daquela região da cidade, por causa dessas ruas. Se de fato isso não se confirmar será uma tristeza muito grande, uma desesperança pra pessoas. Eu acho que essa informação é muito grave, temos que ainda verificar se ainda há minimamente a esperança de tempo para concluirmos e fazermos esses asfaltos. Cobrar das pessoas que estão aqui em Cascavel que, teriam a obrigação de fazer esses projetos, de dar esses encaminhamentos; porque o governador e o prefeito já definiram, já decidiram com apoio do deputado André Bueno. Agora é preciso que as coisas andem num ritmo mais rápido, emergencial como é essa demanda. Quero parabenizar pela vossa fala Vereador. - Vereador Romulo Quintino: Essa é a principal... Se existe um projeto que é o principal projeto falado por toda a cidade, é o 100% do asfaltamento. Agora o governo do município faz a sua parte, o deputado estadual faz a sua parte, agora, onde que está o gargalo quando o governo libera e um órgão do próprio governo não faz a sua parte da análise? Não é a toa que estamos vivendo um momento de descrédito político muito grande. Isso não pode acontecer, não poderia ter acontecido e nós precisamos de uma solução para esse caso. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Quem sabe caberia um requerimento para sessão de amanhã, pra nós solicitarmos então ao coordenador regional algumas informações a respeito; porque trata-se de um assunto muito importante, onde sabemos a dificuldade que aquelas pessoas que não tem asfalto na frente da sua casa, uma dificuldade realmente muito grande em manter ali limpo o seu quintal e ter aquele conforto, aquela qualidade de vida que todos merecem. Então, sugiro quem sabe, fazer um requerimento ao coordenador regional que poderá dar algumas explicações a respeito. Obrigado - Vereador Romulo Quintino: A Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo já está providenciando esse requerimento. Nós vamos querer ouvir sim, esse representante e coordenador regional do Paraná Cidade. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: O vereador Cláudio Gaitero fez até um pedido de requerimento, mas eu acho que nós temos que ir além, nós temos que hoje à tarde já, em nome do partido PSD fazer um contato com o Ratinho Júnior e que nós possamos inclusive.... lógico, tudo é relevância, esse requerimento é importante mas acho que nós temos que avançar, ou seja, se nós formos esperar um requerimento chegar a esta Casa vai passar um mês e aí, nós não vamos ter realmente esses asfaltos: se é que há possibilidade de acontecer. Obrigado. - Vereador Romulo Quintino: É muito prejuízo pra Cascavel, é muito prejuízo pra população. Nós não podemos concordar com essa situação e dizer que não foi analisado correto: é simplesmente estarecedor e desanimador. Não é atoa que a população está como está. Não vamos desanimar e vamos convocar o escritório regional. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Iria abrir mão da minha fala, mas o Walmir Severgnini queria um aparte; então vou abrir só pra conceder a ele um aparte. - Vereador Walmir Severgnini: Só complementar as palavras do vereador Romulo Quintino, neste sábado nós tivemos uma reunião no diretório do nosso Partido, onde o João Sarolli que trabalha no Paraná Seguro, é ele que analisa esse Projeto e a informação que ele passou e no questionamento que eu estive ouvindo na imprensa do município Cascavel: ele falou que estava lá, parado. Segundo ele: o governador tinha liberado o dinheiro, mas não tinha dado okay, não tinha dinheiro em caixa. Essa semana que passou chegou lá e mandou analisar o Projeto. Ele tem até terça-feira para analisar e protocolar, onde o Ratinho Júnior deve assinar este Projeto. A informação não é 15 milhões, são 12; mas a vantagem desses 12 é que é a fundo perdido, não tem custo nenhum pra o município. Então, isso, ouvi da boca do João Sarolli, esses 12 milhões será a fundo perdido; onde o Município não precisará devolver ao Estado. Seria isso. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: O senhor é do PSD, Partido Social Democrata, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano está na coordenação do PSD e, o senhor está dizendo que o coordenador Regional falou que o governador Beto Richa não autorizou a análise do Projeto? - Vereador Walmir Severgnini: Na verdade, anunciou que ia liberar o recurso, mas não deu o okay para liberar. Ele disse que trabalhou quarta, quinta, sexta até umas horas da noite e que na próxima terça-feira vai estar tudo okay, que é o prazo final que ele tem pra entregar os Projetos. - Vereador Romulo Quintino: É amanhã o prazo, amanhã é o prazo e o senhor disse que: ele não recebeu ordem do Governo do Estado para executar ou examinar os Projetos. - Vereador Walmir Severgnini: Ele falou que quando o governador anuncia o recurso, eles começam a trabalhar, mas tem que dar okay. - Vereador Romulo Quintino: O problema do recurso esse é um problema político. O problema de orçamento do governo de onde vai sair, não nos interessa. O que tem que acontecer é que, ele faça a análise e no momento que chegar o recurso: licite e acabou a conversa. - Vereador Walmir Severgnini: Mas ele está no prazo até terça-feira. - Vereador Romulo Quintino: Deus ajuda que o que ele não conseguiu fazer em 3 meses, faça num dia. (-Um aparte) - Vereador Nei H. Haveroth: Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Essa verba é a fundo perdido? - Vereador Walmir Severgnini: Eu conversei com ele e falei qual que seria o juro cobrado, ele falou: não, não é 15 milhões, são 12 milhões; mas esses 12 milhões é a fundo perdido, então perguntei pelos 7 milhões que já está liberado. Ele falou: Não. Este é um empréstimo que o município vai ter que pagar com juros e correção, mas esses 12 são a fundo perdido e não vai ter custo nenhum ao município. (-Um aparte) – Vereador Nei H. Haveroth: Pois não! – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Não entendi mais nada, porque aqui nós aprovamos uma lei, dizendo que era 15 milhões e era um empréstimo da Agência Fomento do Paraná, então não foi o que aprovamos aqui: os 15 milhões; nem a fundo perdido: foi um empréstimo. Então vamos ter que olhar bem isso aí, se é um empréstimo: o município tem que ter cuidado. Eu entendo que é um empréstimo, acho



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que ele tem que vir aqui esclarecer melhor. Vamos convidar o João Sarolli que venha aqui, esclarecer se é a fundo perdido, se não é; e se é 12 ou 15 milhões. Obrigado! – Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado. Acho que a liberação do recurso não impede que a análise técnica seja feita. É como o vereador Romulo Quintino falou, se está protocolado o Projeto analisa e, a hora de chegar o recurso está pronto. Isso aí na verdade precisa ser revisto pelos técnicos que ocupam nossos espaços, pra que façam realmente o seu dever de casa, antes de chegar. Obrigado. - Presidente: Independente de fundo perdido ou não, a expectativa da população é muito grande, eu acho que essa é até uma discussão secundária. A discussão primária no momento é que: realmente os projetos andem e que esse asfalto aconteça nos bairros de Cascavel. Sendo a última inscrição, encerramos a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e dois minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário